Desenvolvimento sustentável

Lições das cooperativas do Paraná

Gilson Martins*

A ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas (ONU) elegeu 2012 para comemorar o ano internacional do cooperativismo. O objetivo é chamar a atenção ao modelo de organização como um meio alternativo para fazer negócios e promover o desenvolvimento socioeconômico. A escolha da ONU assume no Brasil um significado ainda mais relevante, já que neste ano o país foi sede da Rio+20, a conferência da ONU para Desenvolvimento Sustentável. Essas duas ocasiões oferecem uma oportunidade interessante para reflexões sobre os conceitos de sustentabilidade e cooperativismo. E o cooperativismo paranaense, o maior do Brasil, pode fornecer importantes elementos para essas reflexões.

A preocupação com a disponibilidade de recursos para as próximas gerações é bastante contemporânea no cooperativismo paranaense. O histórico da colonização do estado propiciou a formação de uma estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades. Nas regiões com grande concentração de pequenos agricultores, principalmente no oeste do estado, as cooperativas tiveram que lançar mão de estratégias de fomento à diversificação e à melhoria de renda. Um exemplo é a avicultura e a suinocultura, que permitiram a intensificação do uso da mão de obra na propriedade rural, viabilizando a manutenção dos cooperados e suas famílias na atividade rural. Por outro lado, há também no Paraná regiões com cooperativas com uma maior participação de propriedades de porte médio, no centro-sul do estado. Um fator preocupante para elas é a viabilidade da atividade rural por conta da partilha da terra entre os filhos. Dentre as alternativas para a mitigação do problema, elas consideram, por exemplo, a ocupação de novas fronteiras agrícolas.

É curioso notar que o movimento cooperativista se baseia tradicionalmente em motivos de cunho econômico e social, duas das bases do Desenvolvimento Sustentável. O sucesso das cooperativas do Paraná é, nesse sentido, um caso bastante ilustrativo. Primeiro, a formação de cooperativas esteve bastante ligada aos movimentos migratórios vindos principalmente da Alemanha, Holanda, Polônia e Japão. Ao chegarem ao estado, as comunidades de imigrantes se deram conta que estavam em um local com condições de produção bem diferentes daquelas de seus países de origem. Além disso, os agricultores individuais estavam em posição bastante frágil para a aquisição de crédito, compra de insumos ou venda da produção. Esses povos aprenderam, no entanto, que a melhor forma de superar essas desvantagens era por meio da cooperação, cultura que já traziam de seus países de origem.

O caso paranaense não é uma exceção; pode-se dizer que se trata de um modelo cooperativista de organização que tem suas bases em motivos econômicos

Números do Cooperativismo Paranaense	
Nº de Cooperativas	240 (80 agro)
Nº de Cooperados	745 mil
Nº de Colaboradores	65 mil
Postos de trabalho gerados	1,5 milhões
Faturamento	R$ 32 bi
Exportações	US$ 2,2 bilhões

Fonte: Sistema Ocepar



SXC.HU

e sociais, que são também dimensões do conceito de desenvolvimento sustentável. Já a outra dimensão do conceito, o meio ambiente, permeia o cooperativismo de uma forma diferente:

Um aspecto importante é a incorporação (ou não) da prerrogativa de conservação e proteção ambiental como princípio básico do cooperativismo. Em 2011, a Aliança das Cooperativas das Américas (ACI-Américas) sugeriu a incorporação da proteção e conservação ambiental como o oitavo princípio do cooperativismo. Já em 2009, a ACI-Américas lançara o "Pacto Verde Cooperativo" e recomendava a adoção voluntária da proteção ambiental como princípio das cooperativas. Em 2012, a Aliança Cooperativista Internacional (ACI) decidiu que não seria necessária essa inclusão, pois a proteção ambiental já estaria contemplada no 7º princípio, sobre o "interesse pela comunidade".

Com efeito, cooperativas do Paraná já adotam voluntariamente premissas de meio ambiente e sustentabilidade na visão de negócios. O fato é que, no caso delas, a adoção de ações ambientais está também balizada pelas premissas dos princípios básicos do cooperativismo, que consideram de forma bastante forte os motivos sociais e econômicos dos cooperados.

Em suma, a sustentabilidade pode ser vista como modelo e princípio norteador, enquanto que o cooperativismo, como uma ferramenta para se alcançar o desenvolvimento. O Paraná é um bom exemplo de que o conceito de cooperativismo está alinhado ao desenvolvimento sustentável. As cooperativas, que no estado há tempos são vetores da promoção social e econômica das comunidades rurais, são crescentemente promotoras de ações ambientais de relevância no campo. O grande desafio é compatibilizar as ações ambientais com as prioridades sociais e econômicas do quadro social das cooperativas e reverter essas ações em oportunidades de negócios, com efeitos positivos nas comunidades rurais. ■

*Doutor em Ciências Florestais e Ambientais pela Albert-Ludwigs-Universität (Freiburg) e assessor técnico-econômico no Sindicato e Organização das Cooperativas do Paraná – Ocepar

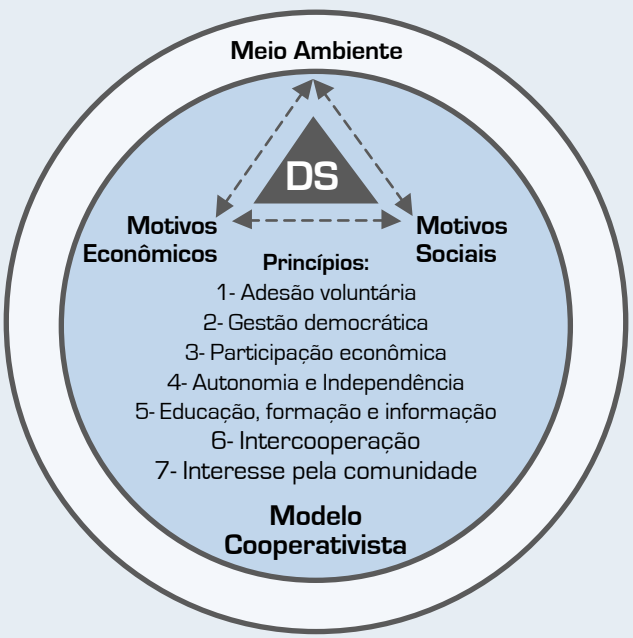
A questão do meio ambiente no cooperativismo

Pode-se dizer que motivos ambientais assumiram maior importância como variáveis relevantes na tomada de decisões das organizações apenas em período mais recente. Seja por se depararem diretamente com os problemas ambientais, pelas pressões da sociedade civil organizada, seja pelo aumento do nível de exigência das leis, em especial nos últimos 30 anos, as organizações tiveram que, aos poucos, incorporar a proteção e a conservação ambiental como variáveis no seu modo de operar. Os desafios e as exigências são tão maiores quanto maior o tamanho da organização. Nesse sentido, as cooperativas estão sujeitas praticamente aos mesmos desafios ambientais que outras formas de organização econômica;

Uma peculiaridade do cooperativismo é o fato de considerar de maneira muito forte os motivos sociais (dos cooperados) no seu modo de fazer negócios. Por exemplo, há uma rica literatura que relata casos de melhorias na governança ambiental em cadeias produtivas globais por meio da ação de empresas multinacionais. De forma geral, essas empresas alcançam os níveis desejados de governança ambiental por meio do aumento dos níveis de exigência aos seus fornecedores, em boa parte dos casos – excluídos aqueles que não as atendem, independentemente das consequências sociais dessas medidas, o que é uma maneira de agir pouco provável para a maioria das cooperativas, já que elas prezam pelo suporte econômico e social aos seus cooperados. Nesse sentido, cooperativas tendem a questionar intensamente prerrogativas ambientais impostas externamente vis-à-vis às prerrogativas econômicas e sociais dos cooperados;

É importante ressaltar que as cooperativas são muito eficientes para a promoção e adoção de padrões tecnológicos no campo. Isso se aplica também à adoção de prerrogativas ambientais por associados, conforme demonstra o caso das cooperativas do Paraná. Por exemplo, isso se aplica ao programa estadual para recolhimento de embalagens de agrotóxicos, em que as cooperativas tiveram um papel muito importante para difusão de informação e operacionalização. Também, iniciativas de cooperativas culminaram com a recuperação da mata ciliar ao redor de nascentes de milhares de propriedades rurais no oeste do Paraná. Ou seja, uma vez que a prerrogativa ambiental é definida como prioritária, as cooperativas têm grande força para implementá-la.

Modelo integrado do cooperativismo e desenvolvimento sustentável











AGRONEGÓCIO: O FUTURO CHEGOU.

MESTRADO PROFISSIONAL EM AGRONEGÓCIO

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO: AGROENERGIA | ECONOMIA E GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

O Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV/EESP oferece duas áreas de concentração: Agroenergia e Economia e Gestão do Agronegócio.

Destina-se a profissionais experientes que buscam aprofundar seus estudos e qualificar-se para a administração de empresas direta ou indiretamente ligadas ao Agronegócio e à Agroenergia. O curso conta com professores experientes da FGV, Embrapa e Esalq.

Conheça também os Cursos Master da EESP.

INSCRIÇÕES:
a partir do dia 30 de julho de 2012
www.fgv.br/eesp/processoseletivo

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

EESP
Escola de Economia de São Paulo